

Crítica à Comissão da Verdade derruba general

Santa Rosa desagrada a Jobim ao chamar de fanáticos responsáveis por investigar crimes cometidos na ditadura

Jailton de Carvalho

• BRASÍLIA. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o comandante do Exército, Enzo Peri, enviaram ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedido de exoneração do general de Exército Maynard Marques de Santa Rosa, chefe do Departamento Geral do Pessoal do Exército. Em nota distribuída pela internet, Santa Rosa fez duras críticas à Comissão da Verdade, que será criada pelo governo para investigar crimes cometidos na ditadura militar. Para o militar, os integrantes da comissão são "os mesmos fanáticos que, no passado recente, adotaram o terrorismo, o sequestro de inocentes e o assalto a bancos como meio de combate ao regime, para alcançar o poder".

Ontem, quando soube da nota, Jobim ligou para o general Peri, que estava em viagem ao Rio Grande do Sul, para checar a informação e cobrar providências imediatas. Duas horas depois, o comandante confirmou a autoria dos ataques e sugeriu a exoneração imediata do general. Jobim enviou o pedido a Lula e anunciou a demissão do general.

General criticou decisão de Lula sobre terra indígena

Esta não é a primeira vez que Santa Rosa entra em choque com decisões do presidente e da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Numa entrevista ao GLOBO, em 2007, Santa Rosa atacou a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol em terras contínuas, defendida e decidida por Lula. Ele chegou a dizer que o Exército não deveria participar da retirada dos não índios da reserva.

Depois do mal-estar provocado pelas críticas, foi afastado da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa e mandado de volta ao Exército. General de quatro estrelas, é um dos representantes da linha dura das Forças Armadas. Agora, ficará sem cargo de chefia no Exército.

Entre os integrantes da Co-



MERCADANTE É observado por Pedro Simon, na CCJ: "O regimento foi atropelado"



DEMÓSTENES TORRES, presidente da CCJ: "Perderam porque não vêm trabalhar"

Governo não consegue livrar Dilma de depor no Senado

Ministra terá que explicar propostas do Programa de Direitos Humanos; Mercadante entrará com recurso

Maria Lima

• BRASÍLIA. A oposição conseguiu aprovar ontem a convocação da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para dar explicações sobre o polêmico Programa Nacional de Direitos Humanos. Apesar da tentativa dos governistas de anular a decisão, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado confirmou que Dilma terá que depor sobre propostas como alterações de regra de desapropriação de terras, discriminação do aborto, revisão da lei da anistia e casamento civil de pessoas do mesmo sexo. A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) também aprovou convite para que o ministro de Comunicação Social, Franklin Martins, e o secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, debatam o mesmo programa.

A votação do requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-GO) provocou grande bate-boca na CCJ. A senadora, que é presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), alegou que o programa poderá trazer grandes inquietações ao setor rural. Logo que a matéria entrou em discussão, o presidente da CCJ, Demóstenes Torres (DEM-GO), anunciou que apenas falariam a autora da proposta, um representante do bloco da oposição e um do governo. Na ausência de Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do PT e do governo, falou longamente o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Suplicy tentou convencer Kátia Abreu a trocar a convocação de Dilma pela do ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu que trocasse por

Vannuchi. Sem sucesso. Quando Mercadante chegou, já não dava mais tempo de tentar derrubar. A confusão com Mercadante começou aí.

— Você perdeu. Vamos votar — disse Demóstenes a Mercadante, iniciando imediatamente a votação do requerimento de Kátia Abreu.

Logo após a votação, entraram correndo na sala os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e outros governistas. Mas não puderam votar. Na primeira contagem, deu 7 a 6 para a oposição. Mercadante pediu recontagem, e deu empate em 7 a 7, podendo ter o voto de minerva do presidente Demóstenes. Mas, em nova recontagem, nominal, finalmente o resultado foi de 9 a 7 pela aprovação de Dilma. Mercadante ficou possesso:

— Vou entrar com recurso ao ple-

nário contra essa aberração que aconteceu aqui hoje! O regimento foi atropelado, resultados mudados. Não reconheço esse resultado. Vamos deixar o plenário da comissão e ficaremos em obstrução em protesto!

— Isso é opinião de Vossa Excelência! Pode entrar com o recurso — respondeu Demóstenes. — A votação foi válida e não cabe recurso. Perderam porque não vêm trabalhar. Como a oposição está manobrando, se é minoria? A ministra tem a ver com o plano sim.

Junto com Dilma, foi aprovado convite ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, e do jurista Ives Gandra. Demóstenes quer ouvir Dilma até março, já que em abril ela não será mais ministra. Se ela não vier, pode responder por crime de responsabilidade.

missão da Verdade, está o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos. A comissão tem sido alvo de polêmica desde sua criação, no fim do ano passado. As divergências dentro do próprio governo levaram o presidente a editar um novo decreto mudando as atribuições da co-

missão. Lula mandou retirar do texto original termos como "repressão política" e "apuração de violações", que desagradavam a setores das Forças Armadas. O novo texto estabelece apenas que a comissão "vai examinar" as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar.

Em março, o general Santa Rosa também foi um dos signatários de um documento entregue ao Alto Comando do Exército com críticas ao Plano Nacional de Defesa, anunciado pelo presidente Lula no fim de 2008. O documento acusava o Ministério da Defesa, comandado por civis desde sua cria-

ção, de interferir diretamente nos três comandos militares. E ainda criticava o número de servidores civis na pasta.

Um dos principais pontos de descontentamento do general e de outros oficiais que endossaram o documento era com a intenção do ministro Nelson Jobim de criar, em sua

pasta, um setor para concentrar as grandes compras das três Forças Armadas.

Além de Santa Rosa, assinaram o manifesto os generais Luiz Cezário da Silva, ex-comandante Militar do Leste, e Paulo César de Castro, chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa. ■